



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

BEATRIZ PAIVA DE ARAÚJO

UMA “ADESÃO” EM TEMPOS DE DITADURA: arte de memória histórica nas comemorações do Sesquicentenário da Independência Brasileira no Pará.

ANANINDUA-PA

2022

BEATRIZ PAIVA DE ARAÚJO

UMA “ADESÃO” EM TEMPOS DE DITADURA: arte de memória histórica nas comemorações do Sesquicentenário da Independência Brasileira no Pará.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito de obtenção de grau de Licenciada em História, pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Júnior Ishihara Brito.

ANANINDEUA-PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**

**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

A658a Araújo, Beatriz Paiva de.
Uma "Adesão" em tempos de ditadura: : arte e memória
histórica nas comemorações do Sesquicentenário da
Independência Brasileira no Pará. / Beatriz Paiva de Araújo.
— 2022.
33 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Adilson Júnior Ishihara Brito
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua,
Curso de História, Ananindeua, 2022.

1. Adesão do Pará; Comemoração; Memória
Histórica; Ditadura Militar; Sesquicentenário da
Independência; I. Título.

CDD 981.04092

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus que me concedeu a benção de ingressar em uma universidade pública como a Universidade Federal do Pará – Campus Ananindeua, esta que tive uma infinidade de ricas e prazerosas experiências que ultrapassaram os muros da universidade. Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA) que entre 2018 e 2019, por meio da concessão de bolsa de pesquisa, entrei em contato com meu objeto de pesquisa, e me interessei e não parei mais com as pesquisas e leituras referentes à temática que hoje resulta neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço, especialmente aos meus pais, Alcileno Araújo e Patrícia Araújo, excelentes ouvintes e pacientes nos dias que chegava em estado de agonia em casa. Obrigada por serem ouvintes, conselheiros e incentivadores que nunca mediram esforços para o meu crescimento, sempre oferecendo amor e dedicação a mim e minha irmã Júlia Araújo. Na mesma medida agradeço aos meus familiares Alciana Araújo, Joana Araújo, Cleiciane Paiva, José Jodelma e Sônia Paiva que sempre estiveram comigo, apoiando e sendo solícitos as minhas demandas materiais e de afago em momentos de crises nessa jornada universitária que foi a graduação.

Ao meu orientador, Dr. Adilson Junior Ishihara Brito que desde o nosso primeiro contato o admirei em sua função quanto docente. Este que me fez ingressar no mundo das pesquisas e leituras bem orientadas. Não posso deixar de dizer o quão paciente e compreensivo foi neste meu processo de escrita, bem como nas diversas outras atividades que estivemos juntos na academia. Aproveito para agradecer também ao Prof. Dr Cleodir da Conceição Moraes que me disponibilizou um acervo, praticamente particular já que não encontrei nada em outro órgão semelhante, essencial para minha pesquisa do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus amigos que tenho desde a infância e conquistei no Ensino Médio Beatriz Aragão, Amanda Costa, Pedro Miranda, Karen Paiva, Aline Costa e Djair Júnior que estiveram comigo oferecendo alegria, ajuda, escuta e saídas, tornando minha trajetória da vida e acadêmica mais feliz e leve.

Sou imensamente grata aos amigos que fiz na faculdade de História, Ingrid Larêdo, Ândria Nóbrega, Paulo Wesley e Lucas Leal. Se não fosse com a parceria dos mesmos não conseguiria ter êxito sozinha, muito menos aguentaria a rotina pesada que foi o intervalar. Entre risadas, cobranças, brigas, esforço e colaboração nossa relação foi construída, e sei que ficará marcada em minha memória os anos que estivemos juntos na universidade.

Uma “Adesão” em tempos de ditadura: arte e memória histórica nas comemorações do Sesquicentenário da Independência Brasileira no Pará.*

Beatriz Paiva de Araújo¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo problematizar a construção da memória histórica da “Adesão do Pará à Independência do Brasil” pela política cultural da Ditadura Militar. Partindo de pesquisas documentais, monumentais e de relatos orais, será analisado e exposto de que forma os festejos cívicos, em particular o Sesquicentenário da Adesão do Pará, alcançou a memória coletiva, e mais a ainda fomentou uma memória histórica do processo de Adesão em 1823 como marco fundador da integração do Pará à nação brasileira, relacionando no mesmo sentido com o presente que o governo na Ditadura militar na década de 1970 quis propagar e difundir o sentimento de nação, no qual o país patriota que se opunha a qualquer ameaça de “comunismo” no país, viu nas comemorações uma forma de amenizar os conflitos existentes no presente repleto de tortura e repressão, fazendo prevalecer a imagem do Brasil que alcançou o “milagre econômico” a partir do regime autoritário.

Palavras-Chave: Adesão do Pará; Comemoração; Memória Histórica; Ditadura Militar; Sesquicentenário da Independência;

* Este artigo é produto do Projeto de Pesquisa “Adesão do Pará à Independência do Brasil: memória e ensino de história”, coordenado pelo Prof. Dr. Adilson Junior Ishihara Brito, desenvolvido com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Pará/*Campus* Universitário de Ananindeua (PIBIC-UFPA).

¹ Licencianda em História pela Universidade Federal do Pará- Campus Ananindeua. E-mail: beatrizparaujo9829@gmail.com

Introdução

Dentre tantas datas comemorativas que fazem alusão à história do Pará, uma das mais representativas e pouco conhecida diz respeito à “Adesão do Pará à Independência do Brasil” em 1823, comemorado no dia 15 de agosto². O processo histórico e político que marcou a última etapa para a fundação do Estado brasileiro é contado na historiografia tradicional de forma cristalizada, como um processo que se deu de forma harmoniosa a partir de uma ampla negociação entre os grupos dirigentes da antiga Província do Pará e os enviados militares da Corte do Rio de Janeiro (BARATA, 1974; BAENA, 1969; MUNIZ, 1974; RAIOL, 1970).

A produção historiográfica, de viés político institucional, tomado como definitivo e verdadeiro, sobre Adesão do Pará como o marco da sociedade paraense integrando a nação brasileira independente, foi legitimada com a promoção pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará do número especial da Revista comemorativa do centenário da Independência política do do Brasil (REVISTA DO IHGP, 1922)³, revisitada e reeditada pela editora da Universidade Federal do Pará (UFPA) nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Pará em 1973, sob o título *Adesão do Pará à Independência e Outros Ensaio* (MUNIZ, 1973). Esta última produção fazia parte de uma comemoração maior que foi o Sesquicentenário da Independência do Brasil, programado pelo General Emilio Garrastazu Médici, o Conselho Federal de Cultura e a Comissão Executiva Central (CEC) na Ditadura militar, composta por os festejos cívicos em comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil, rememorando o passado de 1822 e ligando ao presente de 1972 fomentando a memória histórica de pertencimento à nação brasileira no ideário cívico presente na Ditadura Militar brasileira (MAIA, 2014).

É na memória histórica “que entendemos a lista de eventos cuja memória é preservada na história nacional” (HALBWACHS, 1995, p. 212), que tem função de cumprir o papel social de formulação da identidade de um povo por meio da rememoração do fato histórico vivido no passado e que pode ser utilizado e construído no presente. Para adentrar as subjetividades individuais e promover um sentimento de pertencimento para com a nacionalidade fabricada nos festejos do Sesquicentenário da Independência e da Adesão

² No dia 10 de setembro de 1996 a Assembleia Legislativa do Pará sanciona o projeto de lei do deputado estadual Zeno Veloso. A Lei Nº 5.999 em que “Art. 1º. O dia 15 de agosto, em que se deu a adesão do Pará à Independência do Brasil, é declarado data magna do Estado do Pará e, como tal, feriado civil, nos termos do disposto no art. 1º inciso II da Lei Nacional nº 9.093, de 12 de setembro de 1995” (PARÁ, 1996)

³ A Revista encontra-se disponível para consulta de forma digitalizada no site do IHGP: <https://ihgp.net.br/principal/>

podem ser analisados, uma vez que buscaram fomentar uma narrativa de um país livre, próspero e patriótico desde que alcançou sua Independência.

A elite intelectual do Pará se encontrava insatisfeita com a produção e conhecimento sobre o processo de Independência do Pará, e que juntamente ao Conselho Estadual de Cultura do Pará (CEC-PA), a Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) e instituições educacionais e de pesquisa como a UFPA e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) promoveu um festejo cívico que viabilizasse uma memória histórica do Pará independente, carregando o discurso de Nação, e mais ainda contra a ameaça do inimigo comum, o “comunismo”.

Em 1973, a comemoração do aniversário de 150 anos desse processo histórico ensejou a construção memorial da Adesão, no qual o governo estadual empreendeu recursos materiais e humanos para legitimar a efeméride heróica do passado. O Sesquicentenário da Adesão foi, desta feita, o palco de amplo projeto social e cultural, capitaneado pela Secretaria de Cultura do Pará, com o objetivo central de elevar a “Adesão” ao patamar de referência de civismo nas instituições públicas do Estado, assim como na rede pública de ensino. Podemos pensar as iniciativas nas escolas através de projetos de ensino de História que obedeciam à um escopo político pedagógico bem mais amplo, que na década de 1970 utilizou de políticas educacionais e pedagógicas como o *locus* privilegiado para o desenvolvimento dos conteúdos e dos métodos utilizados no processo ensino-aprendizagem sob a influência direta dos aparelhos estatais com intento de implantar um patriotismo abstrato, acrítico e homogeneizador nas crianças e nos jovens brasileiros (FONSECA, 2006).

Nos festejos da Adesão houve toda uma política de produção cultural voltada para uma série de atividades intelectuais que tinham por objetivo central difundir uma memória histórica do passado amazônico a partir de produções historiográficas como: a promoção de um concurso nacional de monografias e a reedição de diversas obras eleitas como canônicas, sempre com a ideia de promoção do sentimento de identidade com a nação brasileira. Foram promovidos, também, concursos de redação dentro de programações especiais nas principais escolas do Estado – como o Instituto de Educação do Pará (IEP) e o Colégio Estadual Paes de Carvalho (CEPC) -, bem como inauguração de novos monumentos, como a Estátua da Liberdade e a pintura em painel “Adesão do Pará à Independência” (1974), localizados no *hall* de entrada da ALEPA, requeridos pelo ex Deputado Gerson Peres. Estes monumentos carregaram de sentido cívico ideia de nação pacífica e unida de um Pará inventado simultaneamente no passado do processo de Independência como no presente de controle e

autoritarismo da Ditadura Militar.

O presente artigo busca demonstrar e analisar a fabricação monumental e intelectual da “Adesão do Pará à Independência do Brasil” durante a Ditadura militar, expondo e analisando os discursos das autoridades envolvidas no festejo cívico, a produção dos projetos intelectuais de comemoração dos 150 anos da Adesão do Pará promovidos pelo Governo do Estado, IHGP e UFPA, que se estenderam para um projeto pedagógico nas instituições de Ensino Básico, e os significados no passado como no presente das manifestações. Compreendendo que festejos cívicos têm a ver diretamente com projetos políticos de edificação de marcos identitários (OZOUF, 1976) como “lugares de memória” de valores e comportamentos que necessitam ser preservados e fortalecidos (NORA, 1993), o Sesquicentenário da Adesão do Pará promoveu uma série de eventos para o fomento da ideia de Nação na população em geral, na tentativa de representar o presente no passado, de acordo com os projetos e interesses da Ditadura Militar.

Por meio da análise qualitativa de documentos, de imagens e de discursos orais, o presente artigo está dividido em três momentos. Primeiro abordando o projeto maior para a nação que foi o Sesquicentenário da Independência do Brasil como ferramenta de propagação do “milagre econômico” se utilizando do festejo cívico como ferramenta de inculcação de civismo; segundo os festejos do Sesquicentenário como parte integrante do projeto nacional e desenvolvimento do país; e, terceiro, a análise monumental específica sobre o painel “Adesão do Pará à Independência” que se encontra no *hall* de entrada da ALEPA, que carrega, no discurso de Gerson Peres que à encomendou, um sentido de integração à Nação que se queria no futuro de 1973, especialmente em franca combate à tópica do comunismo.

Festejos cívicos funcionam como ferramentas simbólicas para incutir e validar ideias e projetos nacionais das elites políticas hegemônicas. Para reafirmar a narrativa do episódio histórico como um processo conservador e harmonioso, excluíram-se os conflitos que ocorreram no passado e no presente, sobretudo o engajamento e as lutas das pessoas comuns. Estabelece então como problemática pensar essas questões, observando de que forma a promoção e uso de festejos cívicos podem fomentar a memória coletiva de uma sociedade versões cristalizadas de processos históricos fundantes do Estado, como a Adesão do Pará, moldando às necessidades daquele presente autoritário da década de 1970, em prol da ideia de nação, progresso e civismo impostas pelas autoridades do período.

1. Entre a repressão e o “milagre”

O final da década de 1960 e início da década de 1970 marca os anos de chumbo da

Ditadura Militar brasileira, principalmente após a aplicação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), delegando em diversos âmbitos a repressão, censura e tornando a tortura uma política de Estado, em especial sobre as organizações armadas de esquerda (GORENDER, 1987). Como exemplo, podemos citar os ocorridos na Universidade Federal do Pará que muito bem aborda Edilza Fontes (2014), ao utilizar para construção de uma história social da instituição as correspondências dos reitores da Universidade com os órgãos de repressão e segurança da Ditadura Militar, como a documentação da Assessoria de Segurança e Informação (ASI). Demonstrando a realidade vivida pelos estudantes em 1964, “que foram processados sem culpa formada, presos e perseguidos, impedidos de serem contratados por órgãos públicos, torturados e marcados para a vida toda”. (FONTES, 2014, p. 285). A autora expõe também as tentativas de controle do corpo formativo de docentes da UFPA.

O contexto é marcado por um ideário cívico que afirmava estar pela cidadania e harmonia da nação, e que para isto negligenciar, restringir direitos civis, sociais e políticos eram então necessários para manter a “harmonia e segurança nacional”, justificando assim, no discurso integrador de nação, as mazelas da Ditadura (MAIA, 2015, p. 92). Em consoante ao discurso da direita, todo esse processo tem um inimigo no campo ideológico que permeia muitos conflitos: o “comunismo”.

Ao mesmo tempo em que há uma série de eventos repressivos contra a possível instauração deste imaginário inimigo no Brasil, o país se encontra em um período denominado “milagre econômico”⁴. Janaína Martins Cordeiro (2012) se detém em analisar este contexto entre repressão e milagre, afirmando a existência de um possível “consenso” da população em torno dos atos da ditadura; pensar em como os episódios cruéis e festivos, e neste caso o Sesquicentenário da Independência do Brasil, tocou a população brasileira. No jogo de lembrança e esquecimento oficial, rememorar o passado teria que necessariamente levar à festejar o presente próspero do país (CORDEIRO, 2012). Foi por meio da pedagogia cívica que o festejo cívico dos 150 anos da Independência do país, tornou-se o cenário perfeito para comemorar, rememorar e fomentar a ideia de nação aliada à ideia de “progresso” do país.

Sob a gerência do General Emílio Garrastazu Médici se iniciou a configuração para

⁴ Entendemos a denominação como o resultado do plano econômico organizado no *Programa de Ação Econômica do Governo* - PAEG (1964) dos militares que consistia na redução da inflação, reorganizar as políticas tributárias e monetárias, acelerar o desenvolvimento econômico e assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra. O programa passa a ter os primeiros resultados em 1967 e se estende até 1973. Entre 1968 e 1973, o PIB brasileiro aumentou a uma taxa média superior a 10% por ano, a inflação anual variou entre 15% e 20%, e o crescimento anual da construção civil foi em média de 15%, no entanto abriu espaço para uma maior concentração de renda, aumentando a desigualdade social (EARP & PRADO, 2003; GIANNASI, 2011).

festejar o Sesquicentenário. O mesmo com intento de divulgar a imagem do Brasil como entusiasta do “milagre econômico”, que Janaina expõe se resume a:

Vitória do Brasil no futebol na copa de 1970; as estradas e pontes se multiplicando, integrando as diversas regiões do país (rodovia Transamazônica, ponte Rio Niterói); o país que agora também via e era visto pelo mundo inteiro a partir de um moderno sistema de comunicações (Telebrás, Embratel). Tudo isso colaborava para o fortalecimento de uma imagem positiva do Brasil, criando uma atmosfera de entusiasmo, refletida nas campanhas publicitárias oficiais, as quais insistiam que ‘este é um país que vai para a frente’ e que ‘ninguém segura este país’ (CORDEIRO, 2008, p. 86).

E vendo neste cenário otimista (em especial para elite brasileira) do país que o General Médici resolveu relacionar diretamente as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil ao “progresso” econômico da nação brasileira. Nesse sentido, Médici, ainda em 1971, instituiu a Comissão Nacional como responsável para programar e coordenar comemorações em geral, e, em janeiro de 1972, instalou a Comissão Executiva Central⁵ (CEC) sob a presidência do historiador e político Arthur Cesar Ferreira Reis e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Vale destacar que desde 1964 a ditadura buscou por meio da cultura exercer seu controle através dos festejos cívicos, dentro do recurso de propagandas políticas nacionais, como a do “Brasil, ame-o ou deixe-o”, fundamentais para o cumprimento desta política cultural de controle estatal (MORAES, 2006; CORDEIRO, 2012).

De acordo com Janaína Cordeiro (2012), a festa inicia em 21 de abril e termina no 7 de setembro de 1972, perpassando o território brasileiro e fomentando as comemorações locais de cada Estado nos seus processos de Adesão à Independência, que foram dirigidas pelas Comissões Executivas Estaduais. O festejo foi composto de uma diversidade de atividades, como expõe Cordeiro:

Os Encontros Cívicos em abril e a peregrinação dos despojos de D. Pedro I, seguida de sua inumação no Ipiranga em setembro foram os dois acontecimentos maiores de uma festa que teve como característica mais marcante a multiplicação, país a fora, de eventos comemorativos os mais diversos ao longo de todo o ano de 1972. Entre uma data e outra, a rememoração dos dois maiores heróis do panteão nacional – Tiradentes e D. Pedro I; entre uma data e outra, cinco meses inteiros de festas nos quais a ditadura se expôs solene aos brasileiros, festejando a história-pátria, mas também e principalmente, o presente e as perspectivas de futuro. A festa, no entanto, incluiu outros eventos: livros editados e reeditados, congressos realizados, escolas e universidades mobilizadas; músicas compostas especialmente para a ocasião; competições esportivas organizadas por todo o país, premiando os vencedores com um “Troféu Sesquicentenário”. Dentre as competições esportivas, um campeonato internacional de futebol, a Taça Independência, com jogos

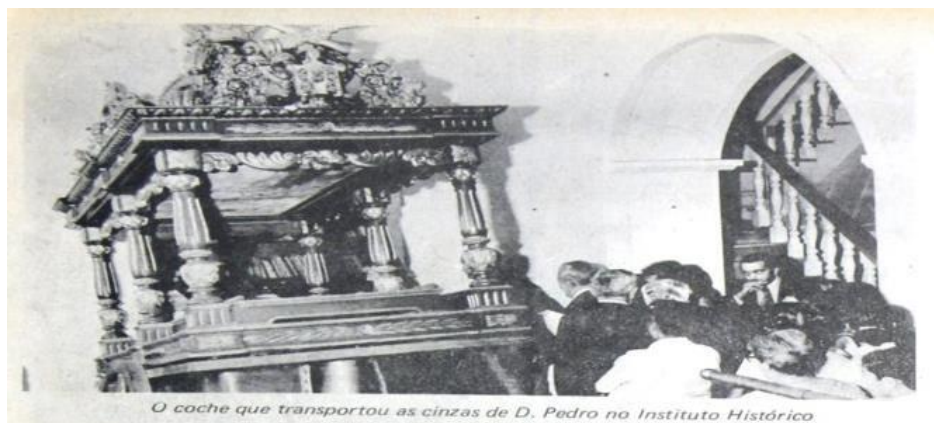
⁵ Comissão Executiva Central, criada pelo decreto 69.922, de 13 de janeiro de 1972.

realizados em diversos estados do país, reunindo seleções de diversas partes do mundo e, é claro, a seleção canarinho, Tri- Campeã Mundial em 1970 (CORDEIRO, 2012, p. 19).

Houve uma grande empreitada e organização em cima da peregrinação da urna com os despojos de D. Pedro I vindos de Portugal e que chegou no Brasil em 21 de abril. A peregrinação cumpria a função de reforçar a relação pacífica entre Brasil e Portugal - expressa na historiografia mais clássica pela ideia de continuidade histórica entre a Colônia e o Império do Brasil (LIMA, 2012; COSTA, 2005) -, em que, como parte das celebrações do 150º aniversário da Independência brasileira, D. Pedro I deveria ser trazido de volta como herói nacional, recordando o Grito do Ipiranga de 1822 (ARAÚJO, 2017), consagrando o mesmo como o herói do passado no processo de Independência do país. A escolha pelo antigo Imperador era o ideal para os festejos de acordo com Médiçi, pois “celebrando o *milagre*, que se espelhando nos feitos de D. Pedro I no passado, vendo ali, a promessa de um grandioso futuro” (CORDEIRO, 2012, p.98), articulando assim, para a construção de uma memória histórica de corte conservador, em que o país havia alcançado seu presente e futuro prósperos iniciados no processo de Independência no século XIX, e cumprido pelo o “milagre econômico” da década de 1970.

No Pará, a urna chega no dia 15 de julho e fica até o dia 19 do mesmo mês em 1972. Segundo Cleodir Moraes (2006), a urna funerária seguiu em um coche imperial especialmente preparado para a ocasião, puxado por “três belos exemplares equinos” vindos de São Paulo, conduzido por três soldados em direção ao Palácio Lauro Sodré, aonde ficou exposto à visitação pública. O mesmo acrescenta que houve poucas pessoas na visitação e que os jornais da época justificaram, por ser “mês de férias e grande parte da população encontrar-se nos balneários” (MORAES, 2006, p. 70).

Figura 1 - Coche que transportou a urna de D. Pedro I no IHGP



O coche que transportou as cinzas de D. Pedro no Instituto Histórico

Fonte: Folha do Norte. 15/08/1973. p.1

A peregrinação dos despojos concorreu com outras figuras nacionais consagradas como heróis. É o caso da capital cearense que recebeu nos “rituais cívicos- fúnebres” em julho os despojos de D. Pedro I consagrado como o que “trouxe a liberdade do país”, em 18 de julho os de Castelo Branco que foi dotado de sentido como o responsável pela “revolução de 1964” e a presença do presidente Emílio Médici que foi visto e divulgado como o “presidente do milagre” (CORDEIRO, 2012, pp. 76-81). Esses sujeitos rememorados do passado e dotados de sentidos ligados ao presente da Ditadura, devem ser pensados pela urgência e força daquele presente. Dotando assim o caráter do passado de acordo com aquele presente (LOWENTHAL, 1998, p.75) de patriotismo e consolidando o sentimento de pertencimento à nação brasileira no seio da população.

Os festejos dos 150 anos da Independência do Brasil divulgaram a narrativa de país integrado e patriota, promovendo a festa cívica por um discurso otimista do passado e daquele presente brasileiro, onde o civismo incorporou a ideologia nacionalista-conservadora, sobrepondo à cidadania ao “desconsiderar a legitimidade dos interesses políticos conflitantes existentes na sociedade; limitar a capacidade de organização política coletiva; aviltar a liberdade de expressão e os direitos individuais em nome de supostos valores superiores nacionais” (MAIA, 2015, p. 96).

Outro aspecto a ser posto referente ao uso dos festejos cívicos Roberta Araújo (2017) exclama a propaganda ufanista, em que militares acreditavam que eram portadores de um “novo tempo”, buscando, através de toda teatralização de narrativas que ocorrem nas comemorações a capacidade de anular ou suspender os conflitos da sociedade no tempo presente (OZOUF, 1976). Nesse sentido, trazer um acontecimento do passado para projetar um futuro de glória por meio da comemoração cívica, teve como objetivo, impalntar por meio da pedagogia cívica uma aceitação do regime autoritário por parte da população, camuflando a realidade de tortura (ARAÚJO, 2017, p.63).

Há uma problemática nesta propagação da narrativa de nação, uma vez que, como foi visto, se desenvolve a partir do ato de rememorar um passado cristalizado, em que o processo histórico da Independência em 1823 se deu por “grandes homens” e “ foram heróis” para um Brasil livre. Deixando de lado os conflitos, revoltas e a participação da população no processo. Rememorar e comemorar o passado não é um problema, pois como afirma David Lowenthal o passado é necessário, caso contrário ninguém se responsabilizaria pelas consequências de seus feitos (LOWENTHAL, 1998). A problemática está no passado histórico que é pensado

sem reflexão histórica, sem crítica. Que, se na historiografia tradicional há a ausência da participação popular e dos conflitos, vai ser rememorado da mesma forma e viabilizando no presente autoritário o mesmo sentido, só que agora relacionando as figuras como D. Pedro I em 1822, Castelo Branco “o primeiro presidente da Revolução” ou Médici na década de 1970 como símbolos de “ordem e progresso”.

Devemos compreender os 150 anos da Independência do Brasil e os festejos nos diversos Estados brasileiros como apropriação das autoridades políticas e intelectuais do país como o reforço da memória histórica cristalizada sobre os fatos histórico relacionando com o presente. Os usos das comemorações que vai se dar por todo o território segue essa mesma linha, pois “para além de tornarem o passado no presente, procuram servir para unir os cidadãos em torno de imagens, símbolos, referencias e valores susceptíveis de dar força e coesão ao corpo de nação” (JOÃO, 2013, p. 66). Nesse sentido, analisar o Sesquicentenário da Adesão do Pará é viável, pois proporciona questionamentos quanto o significado do festejo na sociedade paraense, como exemplo se estavam dialogando com discurso desenvolvido nos 150 anos da Independência do Brasil. Mais ainda que heranças materiais os festejos do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência (1973) deixaram, e de que forma tocou a memória coletiva dos envolvidos.

2. O Sesquicentenário da Independência da sociedade paraense.

Conforme a pesquisa em revistas e recortes de jornais, me deparando com a variedade de mobilizações para a comemoração da Adesão do Pará à Independência em 1973, mais aumentava o questionamento sobre ausência de identidade para com o processo histórico. O objetivo aqui não é fomentar sentimento de pertencimento com a Adesão, e sim buscar mais profundamente as funções políticas e culturais que uma efeméride carrega e demonstrar a necessidade de se produzir sobre a temática. Investigar a fabricação memorial da adesão em monumentos e documentos é se atentar para o fato de que são frutos da temporalidade histórica da Ditadura Militar, sendo resultado do esforço daquela sociedade histórica para impor, na memória coletiva, ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 1996). Imagem essa que, carregada de patriotismo e civismo, implica em refletir sobre as funções políticas e culturais que as comemorações cívicas assumem, sobretudo na relação entre o presente vivido e o passado construído.

Festejos cívicos têm a ver diretamente com projetos políticos de edificação de marcos

identitários como "lugares de memória"⁶, de valores e comportamentos que necessitam ser preservados e fortalecidos (NORA, 1993). É nesta discussão que a efeméride no Pará pode ser analisada, esta que não mediu esforços para fomentar e rememorar um passado com discurso de integração nacional, obedecendo a tentativa do regime de controlar por meio da cultura os andamentos do país (um projeto iniciado com o Conselho Federal de Cultura, criado em 1966) e que toma forma com o Conselho Estadual de Cultura do Pará (Criado através da Lei nº 4.073 de dezembro de 1967 e assinada pelo então governador Alacid da Silva Nunes) nos festejos cívicos do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil em 1973.

A partir das pesquisas documentais nas Atas de Reuniões do Conselho Estadual de Cultura do Pará (CEC-PA) do ano de 1973, sob a presidência de Clóvis Moraes Rego, encontra-se o sentimento de insatisfação da elite intelectual paraense quanto o conhecimento e reconhecimento do processo histórico tanto para a sociedade local e regional quanto para a nacional. Essa parcela da sociedade, em específico o corpo formativo do CEC-PA, se propõe em criar um “programa de comemorações do Sesquicentenário” dispondo de diversas proposições de ferramentas existentes em comemorações cívicas, afim de estabelecer nesse festejo a “invenção da tradição nacional” (HOBSBAWM, 1984), o marco do Pará como integrante da nação brasileira.

Em primeiro plano veio a elaboração do projeto para o concurso de monografias, pelo Processo nº 030/72-CEC de 20 de novembro de 1972, que se encarregou de abordar sobre o processo histórico em questão, e que consolidaria o desfecho das comemorações em 1973. O edital foi aprovado e publicado no Diário Oficial em 28/11/1972, dispondo todas as regras:

Texto mínimo de 250 páginas; os trabalhos deverão ser de nível superior, com caráter preponderante de pesquisa, interpretação, ou ambos, devendo ter por objetos fatos ou personalidades que mereçam destaque na história do Pará dentro do período compreendido entre 1820 a 1823; Os valores destinados aos ganhadores: 30.000,00 cruzeiros 1º lugar e 15.000,00 cruzeiros 2º lugar; Critérios para a banca avaliadora e sujeitos que poderiam participar, dentre essas tendo como foco principal a integração da História da Amazônia a do Brasil no processo de Independência (*PROCESSO N. 030/72-CEC*, 20/11/1972, p.1-3).

O concurso teve como obra vencedora a de Mario Barata *Poder e Independência no*

⁶ Tomaremos o conceito de *lugares de memória* desenvolvido por Pierre Nora (1993), como todo e qualquer monumento e documento instituídos nos festejos da comemoração da Adesão. Entendendo que foram projetados com a finalidade de preservar e passar valores e costumes de uma classe dominante (elite intelectual paraense), e que na memória coletiva foi construído tanto coletivamente quanto pelo Estado.

*Grão Pará, 1820-1823: gênese, estrutura e fatos de um conflito político*⁷. Sua obra carrega a historiografia tradicional sobre o processo, consagrando a versão elitista de que os envolvidos na “sessão histórica” de 11 de agosto de 1823 estavam em consenso para decidir a Independência, por outro lado fomentou a discordância da ideia de que o processo de adesão no Pará foi feito à base de pressão do Império com o envio do General Grenfell “Foram, aliás os brasileiros do Pará que facilitaram a subida da baía de Guajará ao brigue do oficial inglês, que sem essa ajuda dificilmente ou certamente não chegar a Belém” (BARATA, 1974, p. 235). Sua obra se detém em abordar desde a realidade política e social às vésperas da Adesão ao processo de adesão e os conflitos existentes para firmar a Independência no Estado.

Vale destacar nesse contexto, participação da Universidade Federal do Pará no concurso, que foi possível identificar transcrito nos Anais e também em recortes de jornais em manchetes como:

Concurso aumentou prêmios: ... a Universidade ofereceu mais 25 mil cruzeiros para aumentar os prêmios, que passaram a ter o seguinte valor: CR\$ 50 mil e o segundo de CR\$ 20 mil. Para despertar mais interesse e possivelmente o número de participantes, a Universidade Federal do Pará enviou a todas as Universidades do Brasil o regulamento do concurso (O LIBERAL, 11/02/1973).

Para além desta iniciativa de implantar uma memória histórica da Adesão por meio do concurso, houve outras proposições de reedição de obras que constam no Programa editorial:

[...] As obras desse programa, sugeridas ao Governador do Estado, para as suas iniciativas editoriais pela Imprensa Oficial, são as seguintes: “Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Pará – Ano I, volume 1, 2 e 3– Imprensa Oficial, Pará, 1900; “História do Pará” – 1.º e 2.º volumes – Ernesto Cruz – Universidade Federal do Pará – Coleção Amazônica – Série “José Veríssimo” – Pará, 1963; “Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará” – Tomo I – Tip. Do Instituto Lauro Sodré, Pará, 1916; “História dos Acontecimentos Políticos da Província do Pará, desde que adotou o Sistema de Independência, até 5 de novembro de 1823”, de Felipe Patroni, Rio, 1824; “História Breve dos Acontecimentos da Província do Pará”, desde 1827 a 1831, de Felipe Patroni; “Roteiro da Viagem das Províncias do Norte ao Rio”, de Felipe Patroni; e “O Selvagem”, de Couto de Magalhães – Livraria Magalhães Editora, São Paulo, 1876. (ANAIS 1973, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1976. Sessão ordinária 20/03/1973 p. 62).

Destaco, entre as obras reeditadas, o número especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), comemorativo do Centenário da Adesão, que no

⁷ Foi possível o acesso de sua cópia com o Professor Doutor Cleudir da Conceição Moraes que disponibilizou seu acervo com recortes de jornais, revistas do CEC-PA, e sua cópia do edital do concurso de monografias.

Sesquicentenário ficou sob o título *Adesão do Pará à Independência e Outros Ensaio*s, que se encontra na biblioteca central da UFPA, na Coleção História do Pará, setor de obras raras. Na mesma obra encontra-se as imagens das medalhas de honrarias distribuídas nos festejos como a Medalha Comemorativa do Sesquicentenário da Adesão (vide figuras 2 e 3).

Figura 2 - Frente da Medalha Comemorativa do Sesquicentenário da Adesão.



Fonte: RIHGP “ADESÃO DO PARÁ À INDEPENDÊNCIA E OUTROS ENSAIOS”.
Reedição, 1973, p.683.

Figura 3 - Verso da Medalha Comemorativa do Sesquicentenário da Adesão



Fonte: RIHGP “ADESÃO DO PARÁ À INDEPENDÊNCIA E OUTROS ENSAIOS”. Reedição, 1973, p.685.

O discurso integrador, presente na programação dos festejos, fica muito evidente nas Atas de reuniões do CEC-PA, como a fala do Conselheiro Otávio de Mendonça em sessão ordinária, após contar suas experiências em outras cidades que também estavam se organizando para suas devidas comemorações a entrada no Império Brasileiro afirma:

É doloroso Senhor Presidente, constatar o amplo desconhecimento em que ainda permanece a história do extremo norte para o restante do país, excluídas, evidentemente, as elites vinculadas aos estudos históricos. Os dois magníficos triunfos que conseguimos na etapa colonial – a conquista geográfica da Amazônia e a integração ao Brasil independente - continuam reclamando estudos e divulgação que os coloquem, com o destaque merecido, entre os maiores fatos do passado nacional. E o Sesquicentenário seria, dos acontecimentos que marcaram, em 1823, a segunda daquelas vitórias, seria a oportunidade incomparável para o reparo dessa injustiça. O país poderia adquirir a consciência de que foi aqui, no Pará, que se consumou a Independência. (ANAIS 1973, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1976. Sessão ordinária 17/04/1973, p. 86-87)

Em seu discurso é perceptível a insatisfação com o desconhecimento da História do Pará no processo de Independência. Seu discurso pode ser tomado também como a criação de um “mito fundador” que consiste em explicar a origem das coisas e de que tem que resolver os problemas vigentes (CHAUÍ, 2000), tomando o desfecho da Independência no Estado do Pará, como fato que “consumou” a fundação do Estado brasileiro, e que, portanto, merecia receber sua devida importância. E vendo na comemoração dos 150 anos da Adesão, a oportunidade de reparar essa “injustiça” quanto o conhecimento do processo histórico, o que nos faz perceber que as comemorações não são ingênuas. Logo comemorar o Sesquicentenário seria efetivar o mito fundador de que foi na Adesão que o Pará passou a fazer parte da nação brasileira. Cleodir Moraes (2006) confirma esta ideia ao expor a seguinte situação:

Nesse sentido, chama atenção nessa apresentação a alusão feita à “conjuntura” e ao “desenvolvimento regional”. Se no passado, Palma Muniz apostara “no tom conciliador que o conceito de adesão traria para o ânimo de sua geração em ressignificar a identidade nacional, dialogando com o regional”, em 1973, esses objetivos não estavam distantes dos membros do CEC-PA, no momento em que os olhares do governo federal e investidores voltavam-se para a região amazônica, como espaço a ser ocupado e racionalmente explorado para o sucesso do esforço da integração e do desenvolvimento nacionais. (MORAES, 2006, p.46).

Nesta mesma reunião Otavio Mendonça apresenta pontos principais do “programa de comemorações” e do “concurso de monografia”:

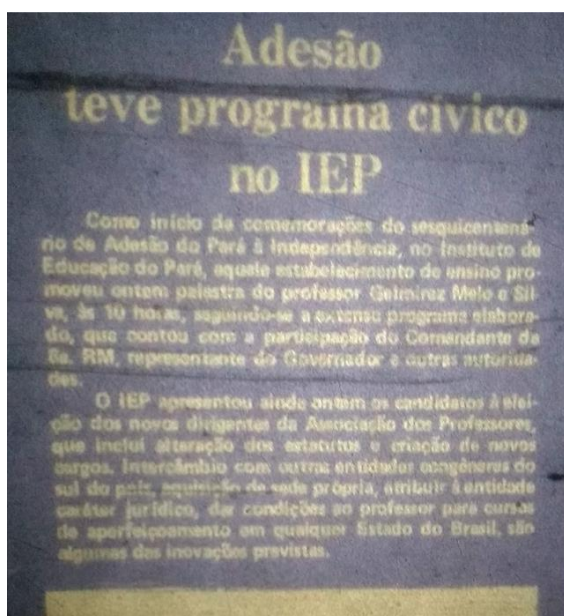
- A) Apelo ao Governo Federal por meio do Ministério da Educação, para que empreste caráter nacional às comemorações.
 - B) Apelo à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a emissão de selo comemorativo.
 - C) Confecção de cartazes que difundam o acontecimento no seio do povo e sua aposição obrigatória nos lugares adequados da Capital e do interior do Estado.
 - D) Apelo aos jornais, rádios e televisões para incluírem nos programas diários logotipos ou mensagens alusivas ao fato.
 - E) Elaboração, pela Secretaria de Educação, de um programa de palestras em todas as salas de aulas dos estabelecimentos de ensino do primeiro e segundo graus, de maio a novembro da corrente, com a maior intensificação possível durante o mês de agosto.
 - F) Adoção, nas repartições públicas do Estado e dos Municípios paraenses, de carimbo comemorativo a ser posto em toda correspondência oficial.
 - G) Apelo à Arquidiocese de Belém para difundir, através de todos os meios ao seu alcance, o sentido dessas comemorações, destacando os vultos da Igreja ligados ao acontecimento.
 - H) Confecção de pequenos dísticos a serem apostos nos veículos que trafegam no Estado do Pará.
 - I) Decretação de feriado estadual e municipal no dia 15 de agosto de 1973, com elaboração de programa adequado em todas as cidades do Estado.
 - J) Apelo aos Comandos Militares sediados em Belém para que prestem todo apoio ao seu alcance
- Expediente aos Governos e Conselhos de Cultura dos Estados do Amazonas, Acre, Território do Amapá, Roraima e Rondônia, solicitando colaboração e apoio, de vez que a integração envolveu toda a área amazônica.

II – Quanto ao concurso da monografia:

- A) Obtenção de recursos que permitam, pelo menos, elevar o valor do segundo prêmio para vinte mil cruzeiros e a aquisição de direitos autorais de três outros trabalhos que alcancem Menção Honrosa, mediante pagamento de 25% do valor atribuído ao primeiro prêmio.
- B) Anúncio do concurso, pelo menos uma vez por mês, em jornal diário de grande penetração, de maio a dezembro, em Belém, Rio, S. Paulo, Brasília, S. Luís e Manaus.
- C) Escolha da Comissão Examinadora, convite e divulgação de seus nomes no país inteiro.
- D) Impressão da Resolução final reguladora do concurso e sua ampla difusão, em quantidades adequadas, através do Conselho de Cultura, Universidades, Academias de Letras, Institutos Históricos, órgãos de imprensa, editoras, associações e entidades de cultura. (ANAIS de 1973, Belém: *Conselho Estadual de Cultura, 1976*. Sessão ordinária 17/04/1973, p.86-88).

Destaco o tópico em que há um planejamento de comemorações e palestras para as instituições de ensino do Estado referentes a Adesão do Pará. A ratificação dessas informações foi possível na pesquisa em jornais como o Folha do Norte e do A Província do Pará.

Figura 4- Adesão teve programa cívico no IEP



Fonte: Jornal Folha Norte 14/08/1973 1º caderno

As principais manchetes como “Adesão teve programa cívico no IEP”, “Adesão no Colégio da Universidade (FOLHA DO NORTE, 17/08/1973, 2º Caderno), “Adesão do Pará nos Estabelecimentos de Ensino” (A PROVINCIA DO PARÁ, 14/08/1973, 1º CADERNO), demonstram que nas instituições tiveram premiações para alunos que escreveram sobre o processo histórico, apresentação de peças teatrais como a “Brigue Palhaço” elaborada pelos “professores Lídio Lima Filho e Dionísio João Hage” bem como palestras sobre a Adesão para os alunos. O envolvimento dos alunos nessas atividades pedagógicas que ocorreu nesta comemoração cívica faz compreender que o uso das instituições educacionais também é uma forma para difundir uma memória oficial (ROSAS LAURO, 2013).

O festejo nas instituições de ensino estava intimamente ligado aos mecanismos do regime autoritário, que viu por meio da cultura e educação uma forma de implantar a educação moral e cívica, afim de exercer seu controle Estatal, e implantar no imaginário brasileiro o nacionalismo patriótico, que de oficializou principalmente a partir das reformas no ensino superior, por meio da lei 5540/68, e no ensino básico, através da lei 5692/71, que modificaram os programas curriculares em todos os níveis de ensino (FONSECA, 2006).

Outro ponto a ser discutido dentro desse contexto do ensino nas festas cívicas é de que não se pode negar que em uma comemoração cívica ocorre o Ensino de História, pois “envolve qualquer situação em que um sujeito consegue transmitir a outro determinada ideia, informação, valor, referente ao passado ou ao tempo como um todo” (CERRI, 2003,). O que causa desconforto é que o uso do Ensino de História por essas autoridades perpassa apenas as visões

oficiais, tomando o processo da Adesão apenas pelos grandes sujeitos e ocultando em grande medida o lado de conflitos e disputas que ocorreram.

Segundo Karen Maknow Lisboa (2008) a comemoração convida a lembrar e refletir sobre vida institucional, a escrever a (heroica) história dela, a homenagear sua existência e com isso perfilar e fortalecer sua identidade, posto isto cabe mostrar a inauguração, 15 de agosto de 1973, do monumento da *Estátua da Liberdade* feito pelo artista plástico e escultor João Pinto Martins (MORAES, 2006,) na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. O monumento carrega um discurso de Gerson Peres⁸ que, por meio do monumento, reafirma o contexto de integração/nação pela vontade e exercício da Liberdade, comparando as iniciativas de aderir à independência, o golpe de 1964 e a função da Assembleia Legislativa como esse exercício do que ele acredita ser Liberdade, afirmando o monumento ser a “vontade de todos” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 16/08/1973, 1º caderno).

O Sesquicentenário da Adesão, conforme Moraes (2006) expõe, no dia 14 de agosto de 1973 recebe figuras como o Pedro Calmon e o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança nos festejos com danças folclóricas no Bosque Rodrigues Alves, embora o príncipe tivesse ficado encantado com aquela festa, “se limitou a bater palmas acompanhando o ritmo” das músicas:

Momento antes, na sede do IHGPA, Pedro Calmon havia proferido a palestra A presença do Pará na formação brasileira, em que Belém e São Paulo aparecem como “os núcleos pioneiros” da expansão territorial portuguesa na América. Enquanto que São Paulo fora empurrado pela ação do “bandeirante”, Belém contou com a investida do “canoeiro”, segundo Calmon, também um bandeirante, das águas, cujas atitudes bravias contribuíram para a formação do Brasil continente. Nesse sentido, Belém significou para o norte o que São Paulo significou para o sul nesse processo, ou seja, a porta de entrada para a conquista e integridade do vasto território brasileiro (MORAES, 2008, p. 48).

A palestra proferida por Pedro Calmon marca mais uma vez as tentativas da Ditadura em associar, por exemplo, pela ideia do “bandeirante” como um recurso simbólico de atrelar o

⁸ Gerson nasceu em Cametá, 2 de maio de 1931, no interior do Pará, e recebeu a sua educação jurídica na Universidade Federal do Pará (UFPA). A carreira política começou em 1958, quando ganhou as eleições como representante do estado. Peres chegou à sua eleição como vice-governador do Pará por meios indiretos, através da chapa de Alacid Nunes. Mais tarde, ele serviu como Deputado Federal, terminando o seu último mandato em 2006. Antes de falecer, em 21 de abril de 2020 acometido pelo coronavírus, ocupava o cargo de diretor regional do Senai no Pará. Para mais informações biográficas consultar: <https://www.camara.leg.br/deputados/74076/biografia> <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/04/21/ex-deputado-e-ex-vice-governador-do-para-gerson-peres-morre-em-belem.ghtml>

Pará à colonização paulista, e ainda na figura do “bandeirante” sendo desbravador que na década de 70,

com o início da abertura da rodovia Transamazônica, as reformas e ampliação da Rodovia Belém/Brasília e a preocupação com a construção de canais rodoviários que interligassem as diversas regiões do país, e a necessidade de “definitivamente” promover a integração física, econômica e culturalmente a Amazônia ao Brasil, aquela era uma ocasião oportuna para reforçar o espírito “bandeirante” do povo e do Estado brasileiro, no momento em que a Amazônia era palco das intervenções federais tendo em vista o desenvolvimento regional (MORAES, 2006, p. 52).

O que nos faz pensar que a Adesão à Independência foi feita de fora do Estado para dentro. Era, talvez, a maneira que a Ditadura encontrou para integrar a Amazônia ao Brasil, neste contexto de desenvolvimento do país, que encontrou nas comemorações a melhor oportunidade para estabelecer suas vontades Federais para as construções na região Norte, de forma que fosse aceita e bem recebida em prol da nação.

Em resumo todo o festejo se deu como comemoração cívica, com militares, figuras políticas e intelectuais. Iniciaram em 11 de agosto de 1973, no jogo de representar o passado no presente, transmitir um significado - no caso das autoridades para a sociedade paraense do referido ano – fomentando para isso, como exemplo uma exposição de documentos sobre a “Adesão” na Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) disponibilizados pelo também diretor do Arquivo e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Ernesto Cruz.

O festejo no dia 14 também teve a inauguração da sala “15 de agosto” no IHGP, onde o presidente do CEC-PA, Clóvis Moraes Rego proferiu um discurso em homenagem à Domingos Antônio Raiol (FOLHA DO NORTE, 15/08/1973) e logo após, como já exposto, houve também apresentações culturais como as danças típicas da região (siriá, lundu e carimbo) no dia 14 no Bosque Rodrigues Alves, onde o príncipe e Pedro Calmon estavam presentes (MORAES, 2006, p. 48).

A comemoração do Sesquicentenário se encerra no dia 15, onde foi realizado o Te Deum solene oficiado por D. Tadeu Prost na Catedral Metropolitana e sessão solene de encerramento pela noite no Teatro da Paz, com a presença de diversas autoridades, entre elas o Governador do Estado Fernando Guilhon, presidente do Conselho Federal de Cultura Arthur Cezar Ferreira Reis, ministrando a palestra “Adesão do Pará a Independência” (O LIBERAL, 16/08/1973, p. 1)

A comemoração corrobora para uma afirmativa: as autoridades políticas e intelectuais se utilizaram da relação passado-presente como um fator pedagógico, pela pedagogia cívica, de fomentar a memória coletiva, que desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Por um lado, dando vitalidade aos objetos culturais, sublinhando momentos históricos significativos e, portanto, preservando o valor do passado para os grupos sociais, neste caso o grupo formativo do regime autoritário da década de 70 (HALBWACHS, 1995). Quiseram, portanto, validar na sociedade paraense a participação da Amazônia em uníssono com o Brasil patriótico e em otimismo econômico.

Como discute Circe Bittencourt (2012) em “As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas”, que uma comemoração cívica vem para firmar uma identidade nacional. Para além de “locais de memória” deve ser questionado a função desses locais e o quê foi necessário “esquecer” para validar uma ideia, e que impactos podem gerar (ou não) para a formação de memória dos sujeitos. Penso este aspecto da participação da população como a ideal pensada pelas autoridades que planejaram os festejos, um povo cívico e patriótico, que estavam ali festejando como o que ocorreu no Bosque Rodrigues Alves, prestigiando os discursos e eventos que correram no sentido da nação, na versão da Adesão como processo fundador da integração do Pará ao país harmonioso.

O Sesquicentenário da Adesão do Pará foi palco para firmar uma memória histórica sobre o processo da Adesão, onde naquela sociedade do século XIX findaram o ciclo para o país independente, agora em 1973 estavam mais uma vez colaborando, neste jogo de presente vivido e passado construído, na empreitada desenvolvimentista e anticomunista do período da Ditadura Militar Brasileira.

3. Um painel contra o comunismo

Moraes (2006), nos diz que Belém no contexto autoritário, os festejos seriam formas de reforçar o patriotismo na sociedade paraense, uma vez que figuras como Arcebispo de Belém D. Alberto Ramos tinha afirmado que a juventude paraense já estava contaminada:

Pelas ideias comunistas, além de atingir a própria Igreja, por esse motivo, aceitou impassível a prisão dos padres denunciados após o golpe. Em agosto de 1973, era hora de reforçar o patriotismo da sociedade paraense e sua crenças governantes, de ontem e de hoje, pois, se em 1823, os “patriotas” paraenses nos libertaram do domínio português, os contemporâneos haviam garantido a “liberdade” do povo, livrando-o do “anticristo” representado pela doutrina comunista. Num debate mais interno à Igreja, celebrava-se também, em 1973, a vitória do “Cristo patriota”, símbolo do cidadão resignado com seu destino, conquistada em 1964, contra o “Cristo socializante”, que operou prodígios revolucionários, defendido pelos padres

e membros dos movimentos leigos de esquerda como Carlos Alberto Franco, ex-líder da Juventude Estudantil Católica (JEC). Era o que deixava entrever a saudação congratulatória por ele redigida e pronunciada no Te Deum, no dia 15 de agosto (MORAES, 2006, p. 39).

Essa intrínseca relação da religião nos festejos do Sesquicentenário da Adesão como papel importante contra o comunismo também foi vista e reforçada no discurso de Gerson Peres. Com análise de Discurso dos envolvidos no Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência, aparato teórico-metodológico que consiste “na compreensão de como um objetosimbólico produz sentido, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2009, p.26), foi possível acessar os sentidos por trás dos monumentos artísticos que, no processo de investigação monumental das heranças materiais no tempo presente, foram construídos no contexto do Sesquicentenário no Pará, encontramos o painel encomendado por Gerson Peres às pintoras Anita Batista Panzuti⁹ e Betty Veiga Santos¹⁰ intitulado “Adesão do Pará a Independência”, inaugurado no hall de entrada da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) no dia 05 de dezembro de 1974 a pedido do Deputado. O painel, como será exposto mais adiante, cumpriu papel dentro dos objetivos dos festejos da Ditadura na perspectiva de liberdade, integração à nação e contra o comunismo.

Vale destacar aqui que as informações foram possíveis com a ajuda do jornalista e funcionário da ALEPA, Carlos José Boução que encontrei no processo de pesquisa nas instituições políticas envolvidas no Sesquicentenário da Adesão em 1973. Boução, também estava instigado com a questão da “Adesão”, e procurando informações compartilhou um catálogo descritivo (vide figura 6) que acreditamos ter sido entregue na inauguração do referido painel, explicando os três momentos representados e a descrição de técnicas e materiais utilizados, como também o *Curriculum Vitae* das duas pintoras que foi entregue ao jornalista pela filha da pintora Anita Panzuti em 2017.

⁹ A artista Anita nasceu em Alenquer, em 18 de agosto de 1920, batizada Ana Marques Batista, e casou com o médico de ascendência italiana Nicolau Biagio Panzuti. Professora de pintura, tem mais de 70 quadros incluindo aquarelas e telas a óleo figurando em coleções particulares no Brasil e no exterior. Essas informações foram retiradas a partir da Entrevista com a mesma, realizada pelo Jornalista Carlos Boução em 2017 e que me foi disponibilizada para ser gravada em 2018 e retiradas do *Curriculum Vitae* da pintora, que também me foi disponibilizado pelo jornalista em 2018.

¹⁰ Nasceu em 22 de abril de 1921, Betty (Beatriz de Araújo Santos) foi filha de José Veiga Santos, também artista paraense, e herdou suas práticas; a mesma faleceu em 14 de abril de 2015 (FARIAS, 2016). Tendo mais de 50 quadros incluindo aquarelas nanquim, desenhos e telas a óleo figurando em coleções particulares no Brasil e no exterior. Essas informações foram retiradas do *Curriculum Vitae* da pintora que me foi disponibilizado pelo jornalista Carlos Boução em 2018.

Figura 5- Painel "Adesão do Pará à Independência"



Fonte: Site Portal Amazônia 18/08/2018

Figura 6- Memorial Descritivo do Painel "Adesão do Pará à Independência"

Memorial Descritivo do Painel

O painel (tintas à óleo sobre tela de 9m60 x 2m50) criado e executado pelas pintoras BETTY VEIGA SANTOS e ANITA PANZUTI, que escolheram cenas de fatos históricos da Adesão do Pará a Independência, ocorridos no dia 15 de agosto de 1823.

A escolha dos episódios ou símbolos obedeceu ao programa de composição plástica e cromática do artista, decorrente da simplificação natural da linguagem visual.

Eles se desenvolvem na seguinte ordem, da esquerda para a direita :

A primeira cena retrata a assinatura da Ata da Adesão, por D. Romualdo de Souza Coelho, que é visto no centro da sala do Palácio do Governo, cercado de autoridades, tais como o Governador da Província, Cel. José de Araújo Roso, o Governador das Armas, Manoel Marques D'Elva Portugal, o Chefe de Esquadra Pedro da Cunha e o historiador Antônio Ladislau Monteiro Baena e demais pessoas ilustres do clero e do povo. Após a assinatura da Ata o Sr. Bispo dirigiu-se a Catedral onde rezou o Te-Deum Saudamos.

A segunda cena representa a aclamação do povo na praça, em frente o Palácio, entusiasmado com a separação definitiva do Pará de Portugal e sua união a Nação Brasileira.

A terceira cena representa o Brigue Maranhão, em frente a cidade, aguardando o momento de entrar livremente no porto, sobre o comando do General Grenfell e sua guarda para, sob a aclamação do povo festejar o faustoso acontecimento, é todo engalanado ostentando pela primeira vez a Bandeira Brasileira.

Fonte: Catálogo descritivo sobre o painel, 2018, p. 3

No intento de entender as ações das pintoras o jornalista Carlos Boução neste mesmo encontro com a pintora e sua filha fez uma entrevista, a qual também disponibilizou para colaborar. A partir de depoimentos orais ficou mais claro os ocorridos naquele momento histórico e em certa medida, proporcionando o significado do painel. Anita Panzuti, única ainda viva das duas que confeccionaram o painel, ao ser questionada pelo Jornalista Boução sobre a produção e significado do painel para além do pedido da mesma por Gerson Peres, Anita responde:

Bem... eu adorei fazer aquele quadro, queria saber como foi que Belém surgiu... então através do quadro eu pude saber tudo sobre Belém. Sobre o Pará, né! ”. Ao ser questionada sobre os três momentos retratados na tela a mesma diz: Foi tudo tirado do livro do...como é o nome? Do livro...foi um daqui de Belém... eu pesquisei tudo ali naquela casa no comércio... o Arquivo Público do Pará... eu passei um mês lá pesquisando sobre esse quadro (ENTREVISTA CONCEDIDA POR ANITA PANZUTI, Belém, 2017).

O que podemos observar a partir da descrição e pelo relato oral é que a painel assume papel de propagar a visão cristalizada sobre a adesão em 1823, esta e que foi celebrada e produzida na historiografia da mesma forma em 1923 por Palma Muniz. Pois fomenta uma imagem harmoniosa do processo, e, em se tratando do presente que foi construído da Ditadura Militar, cabia ainda deixar a Adesão como um fato histórico auspicioso de nação e integração sem conflitos. Fica possível de se depreender é que a narrativa produzida na tela foi fruto de uma pesquisa em produções tradicionais sobre o fato histórico da “Adesão”, sendo “cercado de autoridades” e “demais pessoas ilustres do clero” e sendo um episódio “aclamado pelo povo na praça”.

Essa afirmativa retiro da sua fala em que a pintora diz ter pesquisado no Arquivo Público do Pará, e consultando os catálogos do Arquivo Público de 2022, como o “Fundo: Secretaria da Capitania” é encontrado apenas documentações¹¹ datadas do século XVIII e XIX, portanto nos dá a possibilidade de inferir que suas fontes foram documentações oficiais que mostram o processo histórico da Adesão a partir das principais figuras políticas envolvidas, o que culminou no painel retratando os três momentos marcantes, segundo a pintora, do processo histórico da Adesão: a assinatura da Ata de Adesão por D. Romualdo Coelho no Palácio do Governador, a celebração pelo povo na praça pública em frente ao Palácio, que estavam “entusiasmados com a separação definitiva do Pará e Portugal e sua união a Nação Brasileira” e por último o Brigue Maranhão , embarcação que trouxe o General

¹¹ Documentações como: Alvarás, Correspondências da Metrópole com a Côte e com os Governos, Ofícios da Junta Provisória para com o Comandante Grenfell (1823-1829), Decreto-leis, Instruções, Relatórios e Tratados de Reconhecimento da Independência do Brasil (1823-1828).

John Pascoe Grenfell, consolidando a Independência do Brasil no Pará.

O painel foi fruto de encomenda do Gerson Peres, que era Deputado Estadual na ALEPA em 1973. A partir da entrevista concedida por Peres a autora em 2018, alguns pontos sobre o processo de encomenda e os significados que o painel deveria exercer ficaram mais claros. É interessante destacar que se tratou de um pedido entre “comadres”, pois Peres entrou em contato somente com a Anita Panzutti que era esposa do seu amigo médico Nicolau Panzuti, questionado sobre o processo de encomenda o mesmo responde:

A Anita Panzuti ela sempre foi uma mulher estudiosa, ela não tinha notoriedade, mas ela pintava bem, a outra colega dela também quem ajudou ela. Então foi uma obra dupla... E uma das causas fundamentais é realmente oculto, né? Nós tínhamos uma Assembleia organizada, mais pobre do que é hoje... hoje não! Hoje ela tem tanto dinheiro que faz as suas malandragens lá dentro, não agora, mas passou já isso... E isso aí eu posso te dizer que foi a dificuldade... que eles não ganharam alguma coisa, eu é que ajudei eles dentro dos limites, né? Eu tinha muita amizade, porque ela era minha comadre também, então esse era o problema... então eu disse: Anita tu tens coragem de fazer? E ela disse: “Não... eu faço isso com a minha colega, e tal”... Então mãos à obra, eu vou te arranjar um agrado. Ela fez mais por amor à terra, e achou que ia ajudar um amigo da família (ENTREVISTA CONCEDIDA POR GERSON PERES, Belém, 12/12/2018).

Sendo uma ferramenta nas comemorações da construção da memória oficial a fim de passar a ideia de que “aderimos” ser integrantes do Brasil em 1823 por meio das tradições inventadas no painel (OLIVEIRA, 2000), coube procurar o significado que foi exposto na obra, o sentido pedagógico da mesma para a sociedade paraense da década de 1970 e nos dias atuais que Gerson Peres tinha em mente. Ao ser questionado sobre qual o sentido da pintura naquele passado e no presente, o Deputado Gerson Peres responde:

Sentido de uma integração, de pacificação... que o fato mais sólido que ocorreu foi quando se colocou um bispo para amainar a fúria indomável dos que queriam fazer pela força da violência, na garra! Esse que é o sentido fundamental daquele quadro ali... temos a Igreja, a Igreja nesta época tinha uma ligação com o Estado muito forte, né? Muito grande, como é até hoje! Se você me pedisse para pintar um quadro sobre a Revolução de 1964... eu ia mandar botar primeiro uma beleza de procissões com terços na mão das mulheres, todas rezando na rua para não entrar o comunismo (ENTREVISTA CONCEDIDA POR GERSON PERES, Belém, 12/12/2018).

No trecho o que se pode perceber é uma narrativa anticomunista, com teor religioso, o discurso se remete à uma visão sobre figuras religiosas como Dom Romualdo de Souza Coelho que estavam ali (processo de “Adesão” do Pará à Independência) para “amainar a fúria” dos que estavam contra a “Adesão” que na verdade queriam um governo popular, o que culminou em diversas revoltas na primeira metade do século XIX na sociedade paraense.

Essa produção de sentido sobre a Adesão estava coadunada com a necessidade pragmática da Ditadura Militar para o contexto político e social da década de 1970, que consistia em propagar a imagem de um regime aceito, e sem “fúria” na população brasileira.

Gerson Peres ainda faz relação com os conflitos na Cabanagem, e por isto muitas vezes cita a figura Dom Romualdo que segundo ele foi peça central contra a Cabanagem na sua terra natal Cametá. Para o Deputado “A Revolução foi acabada com a presença de Dom Romualdo de Sousa Coelho, cametaense! ... Ele foi o homem que conseguiu conciliar, conseguiu integrar o Pará e o Brasil ao Império português, e depois nós buscamos nossa independência do país durante os conflitos” (ENTREVISTA CONCEDIDA POR GERSON PERES, Belém, 12/12/2018).

Ao mesmo tempo em que se remete ao passado, na fala de Gerson fica perceptível a relação entre passado e presente, como tentativa de dar o sentido heroico tanto no passado como processo de Adesão 1823, quanto no presente pós “revolução de 1964”. Onde revisitar e comemorar aquele passado nos festejos cívico do presente atendia às necessidades da Ditadura Militar. Que viu, pelas autoridades políticas do Pará, o Sesquicentenário como símbolo de integração da Amazônia no desenvolvimento do país, e ainda colaboradores para um país patriótico, harmonioso e cívico, sem a presença do comunismo.

O painel transmite a visão da Adesão do Pará à Independência como um processo sem conflitos, descarta por exemplo a existência da sangria vivida no Brigue Palhaço¹², por uma versão harmoniosa. Mas no discurso de quem a encomendou que foi o Deputado Gerson Peres, carrega a lógica para além da harmonia da nação, uma manifestação contra os movimentos contrários às autoridades vigentes de 1823 e 1973, a cabanagem e os comunistas respectivamente. Para entender este discurso e posicionamento de Gerson Peres, basta recapitularmos sua vida política durante a década de 1960

Era líder do legislativo estadual e deputado da UDN – União Democrática Nacional, foi um “revolucionário” de primeira hora. No governo de Jarbas Passarinho, iniciado com o golpe civil-militar em 1964, ele fora pessoalmente escolhido como líder da bancada governista na Assembleia Legislativa. Por mais de uma vez o ex-governador do Estado registrou esse fato. E ainda justificou sua escolha porque Gerson Peres

¹² De acordo com Magda Ricci após a assinatura da Adesão do Pará à Independência do Brasil, “deixamos de pertencer ao império português, para pertencer ao império brasileiro”, e isto deixou, principalmente a camada mais pobre, escravos e mestiços muito insatisfeitos, desencadeando uma série de revoltas, e a primeira foi “três meses após a adesão, uma revolta das tropas paraenses em Belém, que foi duramente reprimida e conhecemos pela denominação de Brigue Palhaço. Exatos 256 paraenses que lutavam por direitos iguais aos dos portugueses que aqui viviam foram confinados no porão do navio São José Diligente e morreram asfixiados, sufocados ou até mesmo fuzilados”. Estas informações podem ser acessadas na matéria digital publicada em 14 de agosto de 2017 no Portal da UFPA. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/406-pesquisadora-da-ufpa-explica-a-historia-do-feriado-de-15-de-agosto>

havia “tido atuação corajosa nos debates, antes de 31 de março, opondo-se ao PSD e aos comunistas, no plenário da Assembleia Legislativa” (MORAES, 2006, pp. 25-26).

Em seu discurso repete muitas vezes a função do painel, que no passado com os conflitos na Cabanagem e as invertidas para de fato o Pará integrar a Independência do Brasil e aquele contexto de repressão nas décadas de 1960 e 1970, serviu para transmitir a imagem de que “nóssomos um povo pacífico, um povo cristão, e também para mostrar o outro lado mais pacífico de resistência ao movimento que se espalhou, e ia acabar tendo uma grande revolução de mortes para a época. Então evitamos a luta sangüinária” (ENTREVISTA CONCEDIDA POR GERSON PERES, Belém, 12/12/2018). Compreende-se por fim que a função pedagógica desse painel é para reafirmar uma versão da “Adesão” repleta de acordos e que se deu de forma sutil e agradável pensado de acordo com o contexto do regime autoritário, e mais ainda estabelece relações com outros processos históricos como a Cabanagem, mas que principalmente foi encomendada para dar coesão e afirmação de que o Pará foi importante para a construção do país livre e Independente.

Considerações finais

Considerando o exposto fica fácil perceber que a grande e diversa mobilização das instituições governamentais, figuras políticas e religiosas, e uma parcela de intelectuais da sociedade paraense da década de 70, buscou construir uma memória coletiva, juntamente ao festejo cívico nacional do Sesquicentenário da Independência, que via no processo histórico da Independência o mito fundador da nação brasileira e que era então reforçado na Ditadura Militar a integração desta nação que comemorava também seu “milagre econômico”. Tudo em busca de continuar propagando a ideia de um país não conflituoso e que seguia as ideias de ordem e progresso.

Analisar as comemorações do Sesquicentenário no Pará é perceber o significado desses artifícios de uma comemoração cívica para um fim pedagógico na sociedade. Afinal “criações de monumentos materiais e imateriais, comemorações cívicas, a narrativa histórica dos grandes homens, uma história positivista dos acontecimentos” (PINSKY, 2012) são postas à sociedade para firmar um ideal, e nesse contexto o ideal de integração nacional. Investigar a fabricação memorial da “Adesão” nessa temporalidade, faz refletir sobre os impactos que essa narrativa feita por meio de uma construção monumental da “Adesão” toca a sociedade paraense, o que é perceptível não foi de grande impacto, haja vista que se trata de um episódio pouco conhecido entre os mesmos, sem um reconhecimento ou sentimento de

identidade para com o fato histórico.

A temática é de suma importância quando pensamos no projeto político e cultural que o Governo se propôs a realizar para as comemorações do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência, possibilitando uma análise mais profunda sobre os discursos que foram empregados no ocorrido e suas intenções, pensando também sobre o alcance pedagógico por das comemorações cívicas e que voltando-se para o presente paraense repleto de monumentos, data magna, representações artísticas, hoje não há um sentimento coletivo com um evento tão importante para a formação da história do Pará.

Esta afirmação é ratificada quando Adilson Brito expõe os resultados de pesquisa sobre a “Adesão” na escola Antônio Gondim Lins em Ananindeua em 2018, em que os alunos ao serem questionados sobre a data magna 15 de agosto, se lembravam a que fato histórico o feriado está associado e se já tinham tido contato na escola, por meio de alguma atividade, sobre o assunto:

Aproximadamente 65% do corpo discente que estava presente no dia da aplicação da pesquisa não conseguiu identificar minimamente o porquê de se comemorar do dia 15 de agosto, ou seja, não conseguiram *significar* historicamente a data magna da “Adesão do Pará à Independência do Brasil”. Por outro lado, cerca de 35% dos/as estudantes conseguiram fazer a referida identificação de forma muito básica, claramente desvinculada do conhecimento histórico escolar, sem conseguir desenvolver a relação presente/passado” (BRITO, 2021, p. 15-16)

Foi visto também que as comemorações do Sesquicentenário saíram das manifestações monumentais cívicas para um teor mais pedagógico, com uso de uma didatização do saber histórico para os cidadãos, não apenas por rituais cívicos de tradições monumentais, mas passou para uma tradição historiográfica e também para um ensino de História nas redes públicas do Estado. A ambição da elite intelectual em fazer o processo de Adesão ser conhecido e reconhecido em ambiente nacional por meio do concurso de monografia e as investidas de comemoração nas instituições de ensino foram muito bem planejadas.

Posto isto, deve-se levar em consideração que a difusão de memórias oficiais seja na historiografia seja nas escolas foram fundamentais no momento para oficializar um sentimento de nação. E que as investidas na comemoração cívica não podem ser tomadas de forma ingênua, pois os discursos mostram as intenções de cristalizar os acontecimentos de 1823 de forma pacífica, assim como o a ditadura vigente. E em se tratando das escolas no que se refere hoje o Ensino de História, as investidas de 1973 vão de contra um ensino significativo e crítico (MOREIRA, 2000; RÜSEN, 2010), estando preso à “Educação Bancária” (MOREIRA, 2000) tratando os acontecimentos apenas como fatos e datas, em que

a preocupação é ensinar a história tida como oficial e não fomentar uma criticidade nos alunos.

Nos últimos momentos de pesquisa no ano de 2022 ao visitar a exposição “Sentinela do Norte: A Independência do Brasil no Grão-Pará”¹³ que teve abertura em 18 de maio no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, já se pode observar uma outra narrativa, não se desvencilha dos marcos históricos oficiais mas busca, segundo Aldrin Figueiredo, “fazer uma nova leitura do processo de independência do país a partir dos acontecimentos e do olhar histórico que se originam na Amazônia e na Região Norte do Brasil, por isso o título Sentinela do Norte”. A exposição cumpre com o que se propõe, tendo uma diversidade de fontes como o próprio “programa de comemorações” elaborado pelo CEC-PA em 1973, além de incluir novos atores e sujeitos sociais nas leituras da Independência do Brasil no Pará, como mulheres, indígenas e crianças.

A forma como estão rememorando este passado de forma inclusiva e pelo olhar do Norte fomenta mais criticidade e participação da população. Estudar e analisar os festejos cívicos pelo olhar crítico se faz importante quando possibilita pesquisas sobre esses espaços e narrativas que interagem com um todo até o tempo presente, possibilitando novas narrativas sobre os espaços públicos que estiveram envolvidos nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão. Essas novas narrativas sobre os festejos cívicos, na possibilidade da História Pública, e também no ensino de História, viabilizam a percepção dessas dinâmicas intelectuais e temporais de forma a favorecer os discentes e docentes da Educação Básica na compreensão e discussão sobre a cidadania como participação social e política no presente e no passado; estimula também ao posicionamento crítico, responsável e construtivo diante das variadas diferenças sociais presentes tanto hoje como no passado, distanciando o processo ensino aprendizagem da memorização e aproximando-o cada vez mais do processo educativo que o Ensino de História precisa construir.

¹³ “A exposição será organizada em quatro núcleos, recuperando três momentos históricos importantes, sendo eles a Independência do Brasil, que completa 200 anos em 2022; a Adesão do Pará à Independência do Brasil, que celebra bicentenário no dia 15 de agosto de 2023; e a Confederação do Equador, movimento que partiu de Pernambuco, mas houve a participação do Pará e completa 200 anos em 2024” contendo “parte do acervo museográfico, bibliográfico e arquivístico do próprio instituto relativo à Independência e sua rememoração em diferentes épocas”. Trecho disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/13630-exposicao-sentinela-do-norte-a-independencia-do-brasil-no-grao-para-tera-abertura-nesta-quarta-18-de-maio>

An "Accession" in times of dictatorship: art and historical memory in the celebrations of the Sesquicentennial of Brazilian Independence in Pará.

ABSTRACT

The present article aims to problematize the construction of the historical memory of the Accession of Pará by the cultural policy of the Military Dictatorship. Based on documental, monumental, and oral accounts research, it will be analyzed and exposed how the civic celebrations, in particular the Sesquicentennial of the Accession of Pará, reached the collective memory, and even more so how it fomented a historical memory of the Accession process in 1823 as a founding mark of the integration of Pará to the Brazilian nation, In the same way, it relates to the present that the government of the military dictatorship in the 1970s wanted to propagate and spread the feeling of nationhood, where the patriotic country that opposed any threat of Communism in the country, saw the commemorations as a way to ease the existing conflicts in the present full of torture and repression, making prevail the image of Brazil that achieved the "economic miracle" from the authoritarian regime.

Keywords: Adhesion of Pará; Commemoration; Historical Memory; Military Dictatorship; Sesquicentennial of Independence;

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Roberta Geciane Viana de. **Dormia a nossa Pátria Mãe tão distraída:** comemorações ao sesquicentenário da independência do Brasil em Campina Grande/PB. Campina Grande: Dissertação (Mestrado em História) - centro de Humanidades, UFCG, 2017.
- BARATA, Mário. Poder e Independência no Grão-Pará, 1820-1823: gênese, estrutura e fatos de um conflito político. Belém : **Conselho Estadual de Cultura**, 1973-1974.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: **Contexto**, 2009, p. 43-72.
- BRITO, Adilson Junior Ishihara. “**Viva a Liberté!**”: cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2008.
- BRITO, Adilson Junior Ishihara. Identidade Fraturada: o desmemoramento da “Adesão do Pará” no ensino de história. In: **História & Ensino**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 93-122, jan./jun. 2021
- CERRI, Luis Fernando. Festas nacionais: uso e didatização do saber histórico nas pedagogias do cidadão. *História & Ensino*, Londrina, v. 9, 2003, p. 205-222. Disponível em: <http://www.geocities.ws/lfcronos/texFESTASNACIONAIS.html>. Acesso em 20 de out. 2018.
- CHAUÍ, Marilena. O que comemorar? In: **Projeto História**, São Paulo. (20), abri. 2000, p. 35-62.
- CORDEIRO, Janaina Martins. Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). In: *XII Encontro Regional de História Anpuh-Rio: Identidades. Anais*: 2008, pp1-11. Disponível em: <https://anpuh.org.br/encontros-regionais/encontros-anpuh-rio/xiii-encontro-regional-de-historia-2008-tj>. Acesso em 20 set. 2022
- CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente:** as comemorações do sesquicentenário da independência entre consenso e consentimento. 2012. 232f. Tese. (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005, p. 53-118.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & ensino de História*. – 2ª. Ed. – Belo Horizonte: **Autêntica**, 2006.
- FONTES, E. J. O. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará (UFPA). *Acervo*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 280–292, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/473>. Acesso em 20 set. 2022.
- GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)**. Tese de Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-30092011-170055/publico/2011_CarlosAlbertoGiannasi.pdf. Acesso em 28 nov 2021.
- FARIAS, Edison, NETTO, Joaquim. Os últimos suspiros da pintura acadêmica no Pará: a herança Betty Veiga Santos. In: **Anais do 24º encontro ANPAP: Compartilhando na Arte: Redes e Conexões**. Santa Maria, RS, 22 a 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17149512-Os-ultimos-suspiros-da-pintura-academica-no-para-a-heranca-betty-veiga-santos.html>. Acesso em 3 dez 2022.

- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: **Editora Ática**, 1987.
- HALBWACHS, Maurice; Amparo Lasén Díaz. “**Memoria Colectiva y Memoria Histórica.**” *Reis*, no. 69, 1995, pp. 209–19. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/40183784>. Acesso em: 2 Dec. 2022.
- HOBSBAWM, Eric, e Ranger, Terencer (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p 22.
- JOÃO, Maria Isabel. Memória e comemoração. *História Revista*, vol. 8, n.1/2 (2003), p. 57-88.
- LAURO, Claudia Rosas. **Los usos de la Independencia: los sesquicentenarios en América Latina**. *Bulletin de l’Institut Français d’études andines* [En línea], 42 (3) | 2013, p. 572-574.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2012.
- LISBOA, Karen Maknow. **I Comemorações, memória, história e identidade**. In: RODRIGUES, J. (org.). *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: ensaios sobre história e memória* [online]. São Paulo: Unifesp, 2008. p. 35-91.
- LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n.17, nov./1998.
- MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). Dossiê: Golpes e Ditaduras • **Rev. Bras. Hist.** **34 (67)** • Jun 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882014000100005> Acesso em 22 de dez de 2022.
- MORAIS, Cleodir da Conceição. **O Pará em festa: Política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973)**. Belém: Dissertação de Mestrado-(Centro de Filosofia e Ciências Humanas), UFPA, 2006.
- MOREIRA, Marco António. **Aprendizagem Significativa Crítica**. Atas do III Encontro Internacional sobre Aprendizagem Significativa, Lisboa (Peniche), 11 a 15 de setembro de 2000, p. 1-24. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/~moreira/apsigcritport.pdf>. Acesso em 7 de maio. 2020
- MUNIZ, João Palma. **Adesão do Pará à Independência e outros ensaios**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993, p. 7-28.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. **História, Tradição e Patriotismo: Os Significados das Comemorações do Tricentenário do Ceará**. In: *Projeto História*, São Paulo, (20), abr.2000, p.281-287.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020
- OZOUF, Mona. A festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 217-231.
- PARÁ. *Lei No 5.999, de 10 de Setembro de 1996*. Declara o dia 15 de agosto data magna do Estado do Pará e dá outras providências. Belém: Governo do Estado, 1996. Disponível em: <http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/lo5999.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- PINSKY(org). **O Ensino de História e a criação do fato**. 14º ed. São Paulo. Contexto, 2012, 142 p. ISBN 9788572444194
- PRADO, Luís Carlos Delorme e EARP, Fábio de Sá - "**O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967- 307 1973)**", in O Brasil republicano. Volume 4. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do

século XX, organizado por Jorge FERREIRA e Lucília de Almeida Neves DELGADO. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 10 volume, Belém: Universidade Federal do Pará, 1970

RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel, MARTINS, Estevão. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 79-91